

A Participação de Portugal nas decisões da UE

Resumo

O alargamento da União Europeia (UE) tornou Portugal tanto maior como menor. Em termos de população, Portugal já não é um pequeno estado mas um estado de média dimensão. A razão é que dez dos doze países que aderiram à União Europeia desde 2004 têm menos população. Além disso, onze dos doze têm um Produto Interno Bruto menor do que Portugal. O alargamento mais do que duplicou o número de países que pertencem à União Europeia. Quando Portugal aderiu, existiam 12 Estados-Membros; agora há 28. O aumento na população total da UE diminuiu o número de eurodeputados portugueses de 24, desde a adesão, para 21 depois das eleições de Maio. Simultaneamente, o número total de eurodeputados aumentou para mais de metade.

Cada Estado-Membro tem o direito de ser representado no Conselho da União Europeia, mas têm de disputar a atenção. Contudo, quando existem 28 países diferentes, deixa de ser possível que cada representante seja ouvido sobre todas as matérias. As vozes dos grandes estados, como a Alemanha e a França, serão sempre ouvidas, mas há apenas tempo para um número seleccionado de países mais pequenos poder falar. As regras da maioria qualificada implicam que um número de países mais pequenos apoiem uma proposta antes de esta ser aprovada, mas Portugal não tem que estar necessariamente neste grupo.

Os autores do estudo “A participação de Portugal nas decisões da EU”, da Fundação Francisco dos Santos, argumentam que, para ter influência nas decisões da UE que tenham efeito mais relevante para Portugal, os representantes nacionais devem rapidamente juntar-se aos seus aliados quando são propostas novas políticas. Após os representantes portugueses avaliarem as posições das diferentes coligações multinacionais de países, o melhor resultado é fazer com que cada coligação inclua matérias cruciais para Portugal nas suas propostas. A cultura de consenso da UE ajuda países como Portugal a garantir parte daquilo que querem. No entanto, o estudo alerta também para a necessidade de, tanto os pequenos

como os grandes países, fazerem concessões para chegarem a um acordo que pelo menos duas dúzias de países considerem aceitável.

No Parlamento Europeu (PE), a tomada de decisões é organizada por grupos partidários multinacionais. Uma maioria dos eurodeputados portugueses pertence Partido Popular Europeu ou à Aliança dos Socialistas e Democratas Progressistas, os dois maiores grupos multinacionais. Os eurodeputados independentes têm a oportunidade de falar por Portugal nos comités em que prestam funções e em que escrutinam os detalhes da legislação proposta. O estudo mostra, porém, que os eurodeputados portugueses não conseguem defender posições em comités que são vitais para a economia do país. Portugal tem uma articulação significativa a nível intra-nacional, com eurodeputados a coligarem-se com as diversas formações partidárias. Porém, ao nível transnacional, os partidos portugueses parecem ter uma política de alianças aleatória e pouco sistematizada, o que tem consequências negativas para a prossecução dos objectivos políticos portugueses. Os autores do estudo mostram que existe uma rotatividade significativa dos eurodeputados portugueses (68% comparativamente com a média europeia de 50%), o que leva a um expressivo “desperdício” de experiência a longo prazo, com uma consequente perda das redes políticas e burocráticas que levam um tempo significativo a construir. No que diz respeito à articulação entre o nível europeu e o nacional, é salientado neste estudo que os eurodeputados portugueses em vez de usarem uma perspectiva direccionada para a política onde surgiriam à frente de comités sectoriais, utilizam a Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República como o canal privilegiado entre eurodeputados e deputados.

No estudo procede-se ao levantamento das nacionalidades dos funcionários na Comissão e no Parlamento Europeu e os autores concluem que há uma sobre-representação portuguesa relativamente à proporção do país na população da UE. Há também muitos portugueses que ocupam lugares de curta duração a trabalharem para eurodeputados ou como funcionários públicos nacionais na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER). Assim, em diferentes momentos, existem centenas de portugueses que participam, com

conhecimentos e eficácia, em deliberações multinacionais de políticas, em Bruxelas. Desta forma, as pessoas adquirem *capital político europeu* que pode ser usado como mais-valia tanto nas suas carreiras como para os seus empregadores, quer se trate de grandes empresas portuguesas ou multinacionais, numa Europa interdependente em que a governança a vários níveis e a tomada de decisões multinacionais se estão a tornar cada vez mais importantes. Jovens portugueses com talento e ambição estão já a esforçar-se por obter *capital político europeu*. Os autores do estudo sugerem que o Governo devia tomar medidas positivas e pouco dispendiosas para motivar mais portugueses a fazê-lo.

No que diz respeito à representação da sociedade civil portuguesa conclui-se que está pouco representada em Bruxelas, faltando uma estratégia e uma articulação coerentes entre interesses organizados e instituições políticas. Globalmente, verifica-se que ainda há falta de conhecimento do que a União Europeia pode influenciar. Os sindicatos portugueses não têm uma representação permanente em Bruxelas, dado que ainda privilegiam o nível nacional como o sector mais eficaz de influência. Além disso, os autores concluem que falta articulação entre sociedade civil e actores políticos. A sociedade civil, por um lado, e os eurodeputados, o Governo, e a REPER, por outro, ainda elaboram as suas estratégias separadamente. É realçada uma única excepção: o sector agrícola, onde se encontra uma coordenação efectiva. No estudo os autores também argumentam que, ao contrário de outros Estados-Membros, Portugal tem um processo de nomeação altamente centralizado para o Comité Económico e Social Europeu (CESE) e Comité das Regiões. Este processo dá ao Governo um enorme – talvez até demasiado – poder na determinação das vozes que têm a oportunidade de ser ouvidas a nível europeu.